

Expectativas para o próximo executivo



João Rodrigues
director Executivo da
Associação Portuguesa
dos Industriais de
Engenharia Energética
(APIEE)

Escrevo este artigo sobre as expectativas para o próximo executivo, procurando evitar o simplismo de manifestar apenas a necessidade de que o futuro Governo assumira verdadeiramente um papel de reformista, porque enfrenta os múltiplos bloqueios que estrangulam a nossa sociedade, de fazedor, porque toma decisões eternamente adiadas e de agregador, porque promove a união e colaboração entre as várias sensibilidades presentes na nossa sociedade. Prefiro uma abordagem mais concreta, pelo que neste artigo irei identificar alguns dos temas que na APIEE consideramos importantes para o desenvolvimento do nosso país e, portanto, mercedores do envolvimento do próximo executivo.

“Temos a expectativa que o próximo executivo seja o dinamizador de uma profunda alteração sobre as profissões técnicas e que promova a dignificação e a valorização que elas merecem. Em simultâneo, consideramos fundamental a existência de uma certificação habilitadora dos técnicos que operam no sector, o que actualmente não existe”

Começo por abordar o tema da mão-de-obra que é um factor absolutamente estrutural para o sector energético nacional. Quem está no sector, sabe que já há muito tempo nos debatemos com a ausência de mão-de-obra devidamente formada e certificada, o que se torna numa séria ameaça para o sucesso da transição energética com a qual o país se comprometeu.

Temos a expectativa que o próximo executivo seja o dinamizador de uma profunda alteração sobre as profissões técnicas e que promova a dignificação e a valorização que elas merecem. Em simultâneo, consideramos fundamental a existência de uma certificação habilitadora dos técnicos que operam no sector, o que

actualmente não existe.

As instalações energéticas, onde electricidade e gás estão presentes, envolvem riscos para os operadores e para os utilizadores caso o rigor técnico não seja respeitado. Portanto não é razoável que sejam executadas por quem não se encontre devidamente habilitado, sendo por isso que pugnamos pela exigência de uma certificação obrigatória.

Sobre a referida transição energética, parece-nos

fundamental que o executivo promova uma visão estratégica que nos conduza a um futuro mix energético seguro, resiliente e competitivo. É por isso que julgamos necessário a existência de um quadro regulatório simples, estável e de confiança, que ajude ao desenvolvimento das mais diversas tecnologias e soluções, como sejam os diferentes tipos de gases renováveis, a electro mobilidade, as comunidades energéticas, o autoconsumo, entre outros.

Temos conhecimento da existência de múltiplos entraves regulatórios ou burocráticos que geram desinformação ou constrangimentos na execução de múltiplos projectos, alguns deles considerados de interesse nacional, pelo que do nosso ponto de vista exige-se uma capacidade de diálogo e de decisão que obriga ao envolvimento do governo da república.

Não descaramos o risco que as situações que levaram à queda do executivo governamental, contribuam ainda mais para a inexistência de vontade política para mexer nos labirínticos quadros regulatórios nacionais. Mas, quiçá, induzidos por esta situação estejamos precisamente no momento exacto de olhar de frente para estes temas e promover, através do envolvimento de todas as partes interessadas, um diálogo sério e construtivo que faça avançar em definitivo a simplificação do complexo quadro existente.

Consideramos também muito importante enfrentar o problema de termos uma justiça terrivelmente demorada. Quem está na actividade empresarial sabe do drama que é quando um diferendo entre empresas tem de ser dirimido em tribunal, visto que normalmente as decisões resultantes desses processos demoram longos períodos de tempo até serem tomadas. Em linguagem futebolística, um típico caso de benefício do infractor, o que não é de todo aceitável.

Termino este artigo com a consciência que escrever estas parcas palavras é bastante mais fácil do que levar à prática o que nelas está subjacente. Abordei temas importantes como formação, certificação, simplificação, burocracia, justiça, que por serem um ambicioso caderno de encargos, me parece ter necessariamente de ser encarado pelo próximo governo da nação, para ele mobilizando todas as partes interessadas do ecossistema energético nacional. **C**